

Filipe Hermanson

STF e Direito Eleitoral



Rio de Janeiro, 2025

STF e Direito Eleitoral

Copyright © 2025 STARLIN ALTA EDITORA E CONSULTORIA LTDA.

ALMEDINA é uma empresa do Grupo Editorial Alta Books (Starlin Alta Editora e Consultoria LTDA).

Copyright © 2025 Filipe Hermanson.

ISBN: 978-85-8493-838-4

Impresso no Brasil – 1ª Edição, 2025 – Edição revisada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 2009.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(BENITEZ Catalogação Ass. Editorial, MS, Brasil)

H552s
1.ed. Filipe Hermanson
STF e direito eleitoral / Filipe Hermanson. -
1.ed. - Rio de Janeiro : Almedina Brasil, 2025.
272 p.; 15,7 x 23 cm.

Bibliografia.
ISBN 978-85-8493-838-4

1. Brasil. Supremo Tribunal Federal. 2. Brasil.
Tribunal Superior Eleitoral. 3. Direito eleitoral -
Brasil. I. Título.

04-2025/139 CDU 342.82 (81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito eleitoral 342.82 (81)

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Todos os direitos estão reservados e protegidos por Lei. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e com punição de acordo com o artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta obra foi formulado exclusivamente pelo(s) autor(es).

Marcas Registradas: Todos os termos mencionados e reconhecidos como Marca Registrada e/ou Comercial são de responsabilidade de seus proprietários. A editora informa não estar associada a nenhum produto e/ou fornecedor apresentado no livro.

Material de apoio e erratas: Se parte integrante da obra e/ou por real necessidade, no site da editora o leitor encontrará os materiais de apoio (download), errata e/ou quaisquer outros conteúdos aplicáveis à obra. Acesse o site www.altabooks.com.br e procure pelo título do livro desejado para ter acesso ao conteúdo.

Suporte Técnico: A obra é comercializada na forma em que está, sem direito a suporte técnico ou orientação pessoal/exclusiva ao leitor.

A editora não se responsabiliza pela manutenção, atualização e idioma dos sites, programas, materiais complementares ou similares referidos pelos autores nesta obra.

Grupo Editorial Alta Books

Produção Editorial: Grupo Editorial Alta Books

Diretor Editorial: Anderson Vieira

Editora-Chefe: Manuella Santos de Castro

Editor Pleno: Aurélio Nogueira

Vendas Governamentais: Cristiane Mutus

Gerência Comercial: Claudio Lima

Produtora Editorial: Andreza Moraes

Diagramação: Joyce Matos

Revisão: Carlos Bacci Jr.



Rua Viúva Cláudio, 291 – Bairro Industrial do Jacaré

CEP: 20.970-031 – Rio de Janeiro (RJ)

Tels.: (21) 3278-8069 / 3278-8419

www.altabooks.com.br – altabooks@altabooks.com.br

Ouvidoria: ouvidoria@altabooks.com.br



Sumário

INTRODUÇÃO

A ADI 4.650/DF	1
As justificativas para a postura intervencionista do Supremo Tribunal Federal no caso	7
Uma teoria normativa da jurisdição constitucional específica para o processo político-eleitoral? Delimitando o objeto da obra	13
Intervencionismo do Poder Judiciário ou ativismo judicial?	18
Justificativa da escolha do tema e ineditismo	19
Metodologia e plano do trabalho	22

A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E O DEBATE ACERCA DO ATIVISMO JUDICIAL

1.1. A filosofia política, o controle de constitucionalidade e a dificuldade contramajoritária	27
1.2. Ativismo judicial: um conceito vazio	37
1.3. Ativismo judicial: ubiquidade e inevitabilidade do diálogo	44
1.4. Um conceito funcional e objetivo de decisão judicial ativista	48
2.1. AS TEORIAS DA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL E O PROCEDIMENTALISMO DE JOHN HART ELY	57
2.2. Democracia e Desconfiança	61
2.2.1. Breve contexto histórico	61
2.2.2. A estrutura da obra	64

2.2.2.1. As premissas	64
2.2.2.2. O diálogo com Alexander Bickel	67
2.2.2.3. A alternativa de Ely: o controle do processo de representação em sentido amplo	70
2.2.2.4. A essência do governo representativo e a natureza da Constituição norte-americana	71
2.2.2.5. O argumento da desconfiança e a maior capacidade comparativa das Cortes para garantir o bom funcionamento do sistema representativo	74
2.2.2.6. O desenvolvimento dos argumentos	76
2.2.3. As principais teses, em resumo	80
2.3. As críticas ao pensamento de Ely como versões das críticas ao ativismo judicial em geral	81
2.4. Outros autores procedimentalistas	87
2.4.1. Michael J. Klarman e a suficiência de uma teoria procedimentalista pura para a proteção das minorias	88
2.4.2. Samuel Issacharoff, Richard H. Pildes e as práticas anticoncorrenciais dos partidos no mercado político	91
2.4.3. Jürgen Habermas e a jurisdição constitucional garantidora das condições da democracia deliberativa	97
2.5. Um procedimentalismo aprimorado	103

A SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS E O CONTROLE DO PROCESSO POLÍTICO-ELEITORAL

3.1. A democracia dos Estados Unidos da América	107
3.2. Os vícios do processo político-eleitoral norte-americano	112
3.3. As perspectivas de aprimoramento e o papel das Cortes	118
3.4. A Suprema Corte dos Estados Unidos e o processo político-eleitoral: um panorama jurisprudencial	122
3.4.1. Precedentes relativos à igualdade formal: os malapportionment cases	124
3.4.2. Precedentes relativos à discriminação racial: white primary cases , racial gerrymandering cases e o Voting Rights Act	130
3.4.3. Precedentes relativos ao financiamento de campanhas	144
3.4.4. Precedentes relativos aos partidos políticos: o partisan gerrymandering	152
3.4.5. Um ponto fora da curva (?): Bush v. Gore	158
3.5. As lições da experiência jurisprudencial norte-americana	161

O PROCESSO POLÍTICO-ELEITORAL BRASILEIRO: ASPECTOS GERAIS

4.1. O Direito Eleitoral Constitucional brasileiro	167
4.2. A governança eleitoral no Brasil: dois aspectos em destaque	174
4.3. As principais decisões do Supremo Tribunal Federal em questões eleitorais	183
4.3.1. A verticalização das coligações	184
4.3.2. O número de vereadores	186
4.3.3. A fidelidade partidária	190
4.3.4. O financiamento de campanhas eleitorais	195
4.3.5. A destinação de recursos a candidaturas femininas e de pessoas negras	199
4.4. Algumas constatações	204

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E PROCESSO POLÍTICO-ELEITORAL

5.1. Como escolher uma teoria da interpretação constitucional?	207
5.2. A necessária atenção a particularidades institucionais	211
5.3. As virtudes da teoria procedimentalista	214
5.4. As particularidades institucionais brasileiras	220
5.4.1. A capacitação institucional que advém da relação entre o TSE e o STF	221
5.4.2. O multipartidarismo e os riscos à imagem do Supremo Tribunal Federal	223
5.4.3. A dinâmica de reações do Congresso Nacional e as teorias dos diálogos constitucionais	227
5.5. Procedimentalismo e autocontenção	230

CONCLUSÕES	235
-------------------	-----

REFERÊNCIAS	239
--------------------	-----

JURISPRUDÊNCIA	249
-----------------------	-----